

BANCÁRIOS ENTREGAM MINUTA

Garantia de direitos, do emprego e da Convenção Coletiva são as prioridades

Com nova legislação trabalhista, conquistas históricas estão ameaçadas. Mobilização é a saída no ano em que convenção coletiva completa 26 anos

O Comando Nacional dos Bancários entregou nesta quarta-feira, dia 13 de junho, em São Paulo, a pauta de reivindicações dos bancários, aprovada na 20ª Conferência Nacional da categoria (realizada nos dias 8,9 e 10 de junho, também na capital paulista). As prioridades são a preservação de todas as cláusulas da Convenção Coletiva, defesa dos direitos e do emprego contra as consequências nocivas da nova legislação trabalhista e a manutenção da lógica da ultratividade, que garante a prevalência da convenção anterior, caso patrões e empregados não cheguem a um acordo até o fim da data-base da categoria (no caso dos bancários, 1º de setembro).

MOBILIZAÇÃO É A SAÍDA

Na avaliação do movimento sindical, a campanha salarial deste ano é atípica, diante da nova legislação trabalhista, que extinguiu conquistas históricas dos trabalhadores.

“Estudos do Dieese mostram que, das 72 cláusulas de nossa Convenção Coletiva atual, pelo menos 40 estão em perigo de serem extintas ou alteradas. Num contexto tão desfavorável, a prioridade este ano é garantir a defesa dos direitos, do emprego e a renovação do acordo previsto em nossa CCT. Não há outra saída que não seja a da luta coletiva, a mobilização de todos os bancários e bancárias”, explica a presidenta do Sindicato do Rio, Adriana Nalesso. A sindicalista lembra ainda que é fundamental for-



Adriana Nalesso (quarta da esquerda para direita) na entrega da pauta de reivindicações dos bancários, em São Paulo. Ela disse que somente com a mobilização dos bancários será possível preservar direitos e garantir o emprego da categoria

talear a organização nacional de luta e valorizar a Convenção Coletiva, que completa 26 anos em 2018.

A categoria defende ainda 5% de aumento real mais a inflação do período, índice válido para todas as verbas salariais e a manutenção da atual regra da PLR.

RISCOS PARA O TRABALHADOR

A prioridade deste ano é garantir todas as cláusulas da CCT com inclusão de itens que preservem as seguintes garantias: impedir as demissões no setor;

da, a terceirização, que agora pode ser implementada em todos os setores das empresas e a pejetização, que permite que o empregado seja contratado como pessoa jurídica, sem nenhuma garantia trabalhista.

EMPREGO

Outra prioridade da campanha nacional deste ano é o emprego. “Tivemos a extinção de mais de 40 mil postos de trabalho frente a uma lucratividade crescente do setor, que no ano passado foi de mais de 34% frente a 2016, ou seja, mais de R\$77 bilhões. Os bancos têm todas as condições de atenderem, na íntegra, as nossas reivindicações”, disse a Adriana. “O Sistema financeiro precisa ter responsabilidade social com a manutenção dos empregos. Vivemos um momento muito difícil com 13% da população desempregada e a miséria aumentando. Porém, os bancos não são impactados por essas dificuldades. Os dados demonstram lucros crescentes. Eles podem contribuir para melhorar os dados no mercado de trabalho, mantendo os empregos da categoria”, acrescenta.

Para Adriana, mesa única de negociação, com bancos públicos e privados, respeitando as demandas específicas, é uma estratégia vitoriosa, que também precisa ser preservada. Defender a democracia e eleger candidatos comprometidos com os interesses dos trabalhadores também são fundamentais na avaliação dos sindicatos.

manter a homologação nos sindicatos; firmar um acordo para que os novos contratados tenham os mesmos direitos negociados pelos sindicatos com os bancos; e garantir os direitos negociados também para quem ganha acima do dobro do teto previdenciário (R\$11.291,60), impedindo a negociação individual, que torna o trabalhador mais vulnerável no embate com os patrões.

Com a reforma trabalhista, novas formas de contratação são permitidas, como o trabalho intermitente, em que o trabalhador só ganha por hora trabalha-

PROTESTO

Associados do Saúde Caixa vão vestir branco no próximo dia 20

Entidades de representação dos empregados da Caixa convocam empregados da ativa e aposentados para as manifestações, em todo o país, na quarta-feira (20)

Foto: Vanor Correa



Em repúdio às medidas adotadas pelo governo golpista de Temer e pela direção da estatal, os trabalhadores e trabalhadoras vão se vestir de branco e participar das atividades que estão sendo programadas. Serão realizadas diversas mobilizações em unidades da Caixa. Todas as iniciativas programadas vão até a primeira semana de julho, com a celebração do aniversário de 14 anos do Saúde Caixa. O atual modelo de custeio do plano

de saúde foi implementado no dia 1º de julho de 2004.

No mesmo dia 20 de junho, às 9h, haverá o Café da Manhã da Apcef/RJ, ao qual todos os aposentados da Caixa estão convidados a comparecer, também vestidos de branco.

O Sindicato orienta que todos os empregados de todas as unidades da Caixa no município do Rio de Janeiro participem efetivamente das atividades, vestindo roupas brancas.

O Sindicato convoca os empregados, para protesto do dia 20 de junho, em que todos vestirão branco em protesto contra a ataques ao Saúde Caixa

cipação da empresa nas despesas com assistência à saúde dos empregados.

“Se essas mudanças se concretizarem, em breve o Saúde Caixa se tornará caro e excludente, comprometendo seriamente a assistência de saúde aos trabalhadores e trabalhadoras da Caixa no futuro”, disse o diretor Tesoureiro do Sindicato, José Ferreira.

Para lutar contra essa injustiça, a Fenae, Contraf-CUT, Fenacef, Fenag, Advocéf, Aneac e Social Caixa lançaram a campanha “Saúde Caixa: eu defendo”.

ENQUETE SOBRE PROJETO

Está disponível no site da Câmara dos Deputados a enquete sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDC 956/2018), de autoria da deputada federal Erika Kokay (PT-DF), com o objetivo de sustar a resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), que determina as alterações no Saúde Caixa. Para acessar a enquete e apoiar o PDC 956/2018, clique <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2176886>.

DEFENDER O SAÚDE CAIXA

“Defender o Saúde Caixa é uma questão de dignidade, pois envolve a saúde dos usuários e seus dependentes”, disse o vice-presidente do Sindicato, Paulo Matileti.

As resoluções publicadas pelo governo e a alteração no Estatuto da Caixa propõem um limite correspondente a 6,5% da folha de pagamento para a parti-

ELEIÇÕES CIPA

Eleições Cipa Bocom BBM

Na tarde desta quinta-feira (7/6) foram apurados os votos para representantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) dos funcionários do prédio do Banco Bocom BBM da Praça Pio X, 98, 12º andar, Centro. Jonathan Ferreira (42 votos) e Fagner Azevedo (33 votos) são os titulares, e Marcelo Gonçalves (25 votos) e Paulo Aquino (14 votos) serão os suplentes.

Tanto a votação, da qual participaram 114 funcionários, quanto a apuração foram acompanhadas pelo diretor da Fetraf-CUT Jonas Kaezer, e pelo dirigente do Sindicato, Carlos Eduardo Cherene Barros Erbesdobler. Os representantes dos empregados elegeram Jonathan Ferreira o vice-presidente da Cipa.

Bancos mudarão horário de funcionamento durante jogos do Brasil

Divulgado pelo Banco Central, as agências bancárias sofrerão mudanças no funcionamento das agências bancárias nos dias em que a seleção brasileira realizará seus jogos. Durante a primeira fase, o Brasil jogará dias 17/06 (15h), 22/06 (9h) e 27/06 (15h).

Respeitando o horário mínimo para funcionamento das agências de 4h diárias, os bancos múltiplos com carteira comercial, ban-

cos comerciais e caixas econômicas terão seus horários alterados durante os jogos do Brasil.

Na partida realizada às 9h, os bancos abrirão de 13h até as 17h, com a possibilidade de jogar às 11h caso a seleção passe de fase, o horário de funcionamento será de 8h30 às 10h30, retornando 14h até as 16h, já quando a partida ocorrer às 15h, o banco estará aberto de 9h até as 13h.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campeste** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho

Contente - Mtb 14173/RJ - **Estagiário:** Gabriel de Oliveira - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 18.000**

BANCO DO BRASIL

Funcionários repudiam terrorismo do banco e rejeitam proposta para Cassi

Banco tem de negociar com as entidades dos funcionários para resolver custeio da Cassi

Reunidos no Congresso dos Funcionários do BB, realizado nos dias 7 e 8 deste mês, em São Paulo, representantes eleitos em assembleias por todo o Brasil rejeitaram as mudanças propostas pelo banco no custeio e na governança da Cassi.

TERRORISMO

As propostas do banco envolvem mudança no estatuto, que só pode ser alterado com quórum mínimo de 50% e voto favorável de 2/3 dos associados (ativos e aposentados). Na história da Cassi, aprovação tão alta só ocorreu com apoio consensual das entidades. O banco espalha terrorismo, dizendo que a Cassi vai quebrar para mascarar sua proposta que retira direitos dos associados. Mas não pode esconder que continua sendo o principal responsável pela saúde dos funcionários.

O banco manda os gestores fazerem reuniões para defender a proposta patronal. Funcio-

nários reclamam que os gestores apenas repetem que precisa aprovar a proposta, sem nenhum embasamento técnico. Alguns chegam a impedir dirigentes e delegados sindicais de dar sua opinião. O banco pratica terrorismo e chega a censurar quem tem opinião contrária.

VOTO DE MINERVA

Em sua proposta, o banco, além de aumentar as despesas e diminuir a representação dos associados, quer aumentar definitivamente as contribuições dos associados para 4% e manter a do patrocinador em 4,5%. O banco pretende ainda criar cobrança por dependente, sem levar em conta a atual contribuição percentual sobre os salários. Além disso, quer implantar o voto de Minerva para aprovar o que for de seu próprio interesse.

A proposta prevê também a entrega de duas diretorias para agentes do mercado de saúde,



Os funcionários denunciam uma postura terrorista do banco, dizendo que a Cassi vai quebrar para dissimular a retirada de direitos que quer fazer

que somarão seu voto aos dois indicados pelo BB. Ataca a democracia e penaliza os associados de menor salário, que terão aumento de até 170% nas contribuições mensais.

REPÚDIO À IMPOSIÇÃO

Se o banco quiser alguma mudança, terá de negociar com a Contraf, os sindicatos e as en-

tidades representativas e apresentar uma proposta viável para os associados e que aumente também a contribuição do banco. “Não adianta o banco impor uma proposta à diretoria e conselho da Cassi e depois mandar os associados votarem, que não vai conseguir aprovar. Este foi o tom dos congressistas”, avisa Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa

Bancários entregam pauta de reivindicações específicas ao Bradesco

Os bancários do Bradesco entregaram, na segunda-feira (11), a minuta de reivindicações específicas à direção do banco, em São Paulo. O documento é resultado dos debates do Encontro Nacional dos funcionários da segunda maior instituição privada do Brasil, realizado na semana passada, também na capital paulista.

Uma das prioridades da pauta é o emprego, já que os trabalhadores estão preocupados com as consequências nocivas da nova legislação trabalhista.

Os representantes dos trabalhadores abordaram ainda o fechamento das agências. Somente em 2017, 414 agências foram fechadas.

Os sindicalistas cobram a con-

tratamento de novos funcionários para acabar com a sobrecarga de trabalho e defendem que as novas contratações também sejam feitas pela CLT, garantindo os direitos trabalhistas dos empregados, inclusive os que estão previstos na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria. Os representantes do banco garantiram que os novos funcionários têm sido contratados nos mesmos parâmetros dos bancários mais antigos.

AValiação NO ATENDIMENTO

Outro tema debatido foi a implantação do programa Smart, no qual o cliente avalia o contato com o banco por meio de SMS. O Bradesco garante que a ferramenta

não tem por objetivo punir o bancário, mas sim apoiar.

Informou ainda que, no caso de um atendimento de “Não conformidade (N), só será gerado impacto no programa de objetivos (POBJ) na segunda vez que isto ocorrer e que a avaliação negativa não impacta no POBJ”.

O movimento sindical rebateu dizendo que o Smart “está sendo usado para punir, segundo denúncias dos funcionários”, inclusive com ameaças de demissão por parte de gestores.

“O banco confirmou que o bancário não sabe qual cliente fez a avaliação e que não é dado ao funcionário o direito de defesa, o que é muito ruim, pois o bancário pode ter se atrapalhado na hora de in-

formar qual cliente foi contatado. Destacamos a importância dessa questão ser revista”, explicou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira.

EXPOSIÇÃO E RANQUEAMENTO

Outro item abordado pelos sindicalistas foi o ranking e exposição de bancários, o que a Convenção Coletiva de Trabalho proíbe. Foi tratado também na reunião o caso dos empregados com altas do INSS, após um período de aposentadoria por invalidez e de seu retorno e acolhimento ao local de trabalho. Segundo os bancários, muitos não sabem aonde se apresentar, pois o local de trabalho se encontra fechado, devido à redução cada vez maior de agências.

DÁ PARA AVANÇAR MAIS

Financiários garantem reposição das perdas e a ultratividade

Avanço na segunda rodada de negociação traz mais otimismo para a categoria e mostra que, com mobilização, é possível garantir direitos e consolidar vitórias

Na segunda rodada de negociação, na última terça-feira, 12 de junho, em São Paulo, os financiários garantiram a reposição das perdas pelo INPC, de 1,76%, para os salários e demais verbas econômicas. Nas próximas rodadas será debatida a reivindicação de aumento real de 5% - mesmo índice dos bancários - e que as financeiras e bancos têm todas as condições de atender, devido aos seus altos lucros.

Participaram da rodada dirigentes da Contraf-CUT e de diversos sindicatos, entre eles o do Rio de Janeiro representado pelo diretor Sérgio Menezes. Também foi debatida uma cláusula importante a ser incluída na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que considera como financiários, todos os empregados que trabalham em financeiras, mas que são considerados, por muitas, como comerciários. Estão incluídos neste caso, os que concedem crédito em lojas e concessionárias.

CCT E PLR

A Fenacrefi se comprometeu



NEGOCIAÇÃO POSITIVA - O diretor do Sindicato do Rio, Sérgio Menezes (de vermelho, o da esquerda ao fundo) participou da mesa de negociação dos financiários, em São Paulo

a manter as regras da CCT atualmente em vigor durante a negociação, até que um novo acordo seja fechado, a chamada ultratividade, uma reivindicação considerada prioritária por toda a categoria, e que está ameaçada pelas novas regras trabalhistas. A vitória já na segunda rodada de negociação, mostra que é possível preservar

direitos, garantir as cláusulas da CCT e direitos previstos na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho - mesmo com as novas regras válidas após a aprovação da Reforma Trabalhista. Além da pressão feita pelos sindicatos e da mobilização da categoria, a insegurança jurídica dos patrões - advogados têm alertado sobre incertezas ge-

radas pelas mudanças nas leis que podem criar um grande passivo trabalhista para as empresas - pode pesar em favor dos trabalhadores. A incerteza política, diante de eleições presidenciais e parlamentares de difícil previsão e com possibilidade real de uma vitória do campo progressista, devido à falta de um candidato que traga confiança ao mercado, também poderá deixar os patrões numa situação mais defensiva.

Para Sérgio Menezes, a rodada apresentou avanços, mas é preciso ir além, o que dependerá da mobilização da categoria. "Temos agora que lutar pelo aumento real para salários, vales, auxílios e participação nos lucros. É preciso garantir todos os direitos previstos na Convenção Coletiva", resumiu o dirigente.

A mesa debateu ajustes na cláusula da PLR, para contemplar questões fiscais, de forma a abranger o exercício do ano. Não haverá impactos nos valores a serem pagos aos trabalhadores. Em função dos jogos da Copa do Mundo, a próxima rodada de negociação será realizada na primeira semana de julho.

DENÚNCIA NO ITAÚ

Gestores ameaçam não conceder folga assiduidade

Prática é ilegal, pois direito conquistado pela categoria está previsto na Convenção de Trabalho

A 24ª cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) garante a todos os bancários e bancárias o direito a um dia de folga assiduidade no ano. O funcionário tem até o dia 31 de agosto de 2018 para gozar este benefício. Mas, no Itaú, gestores estão condicionando o direito ao dia de descanso às metas, numa forma de pressão inteiramente ilegal.

"O banco está usando a folga assiduidade como uma 'moeda de troca'. Quem não bate as metas, os gestores impedem de tirar o dia a que os bancários têm direito", afirma o diretor do Sindicato, Adriana Campos. O Sindicato tem recebido várias



denúncias desta ilegalidade.

"Os bancários que estiverem sendo prejudicados devem denunciar ao Sindicato para que possamos tomar as devidas providências e garantir o cumprimento do acordo coletivo", acrescenta. O telefone para as denúncias é o 2103-4172 (Secretaria de Bancos Privados) ou pelo email bancosprivados@bancariosrio.ogr.br.

"Os bancários podem denunciar com tranquilidade em relação a este ou qualquer outro problema, pois os nomes serão mantidos em sigilo para evitar retaliações por parte dos gestores que estão assediando os funcionários", conclui Adriano.